



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

Convênio SEG nº 005/2025
Convênio Siga nº 0001/2025
Processo Administrativo nº 2025-3Z6BX

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO (SEG), E O MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA, TENDO POR OBJETO A IMPLEMENTAÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS SOBRE DROGAS.

O **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 27.080.530/0012-04, doravante denominado **CONCEDENTE**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO (SEG)**, com sede na Rua Sete de Setembro, 362, Centro, Vitória/ES, 29.015-000, neste ato representada legalmente pela Secretária de Estado do Governo, Senhora **MARIA EMANUELA ALVES PEDROSO**, nomeada pelo Decreto nº 2290-S, de 30 dezembro de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado em 1º de janeiro de 2023, portadora da Matrícula Funcional nº 3858430, bem como é representada pelo Subsecretário de Estado de Políticas sobre Drogas, Senhor **CARLOS AUGUSTO LOPES**, nomeado pelo Decreto nº 762-S, de 16 de abril de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado em 19 de abril de 2021, portador da Matrícula Funcional nº 2584999, e o **MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 27.174.143/0001-76, com sede na Praça Vicente Glazar, nº 159, Glória, São Gabriel da Palha/ES, 29.780-000, doravante denominado **CONVENIENTE**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **TIAGO ROCHA**¹, em conformidade com os autos do processo nº 2025-3Z6BX e com fundamento na Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021; na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000; na Lei nº 12.190 de 24 de julho de 2024; no Decreto Estadual nº 2.737-R, de 19 de abril de 2011, resolvem celebrar o presente convênio para a implementação de conselhos municipais sobre drogas, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

- 1.1. O presente convênio tem por objeto a criação e/ou implantação de Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, bem com sua efetividade, e o fortalecimento de programas municipais de tratamento em álcool e outras drogas, conforme plano de trabalho (Anexo Único) especialmente elaborado que faz parte integrante deste instrumento, independentemente de

¹ Os dados do representante do CONVENIENTE estão registrados no “Certificado de Registro Cadastral de Convênios – CRCC”, o qual foi classificado como sigiloso no E-docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para atender às normas de privacidade de dados, estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES

2.1. Para a consecução do objeto expresso na cláusula primeira, compete:

2.1.1. Ao CONCEDENTE:

- a) transferir os recursos financeiros previstos no plano de trabalho, observados as parcelas e a periodicidade contidas no cronograma de desembolso;
- b) apoiar os procedimentos técnicos e operacionais necessários para a execução do objeto, prestando assistência ao CONVENIENTE;
- c) acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as ações relativas à execução deste convênio; e
- d) analisar e aprovar as prestações de contas dos recursos transferidos por força deste convênio.

2.1.2. Ao CONVENIENTE:

- a) executar as ações necessárias à consecução do objeto deste convênio;
- b) aplicar os recursos transferidos pelo CONCEDENTE exclusivamente na execução do objeto;
- c) apresentar ao CONCEDENTE, sempre que solicitado, relatórios técnicos e físico-financeiros das atividades;
- d) manter os recursos transferidos pelo CONCEDENTE em conta bancária individualizada e aberta em instituição financeira especial exclusivamente para esse fim;
- e) manter arquivo individualizado de toda documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude deste convênio;
- f) registrar em sua contabilidade analítica, os atos e fatos administrativos de gestão dos recursos alocados por força deste convênio;
- g) observar e cumprir as regras da Lei Federal nº 14.133/2021 na celebração de contratos necessários para execução do objeto do presente convênio, adotando-se, obrigatoriamente, a modalidade de licitação Pregão, disciplinada nos arts. 57 e 58 do Decreto Estadual nº 5.352-R/2023, no



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

caso de bens e serviços comuns, preferencialmente na forma eletrônica, admitida, excepcionalmente, a utilização da forma presencial, desde que motivada detalhadamente, com a explicitação da necessidade e dos benefícios decorrentes, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo;

- h) prestar contas, no SIGA, ao CONCEDENTE, na forma e no prazo previsto neste instrumento e no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011, de todos os recursos que lhe forem transferidos, devolvendo aqueles não aplicados, inclusive da contrapartida em valor correspondente ao percentual executado do objeto;
- i) incluir regularmente no SIGA as informações e os documentos exigidos neste instrumento e no Decreto Estadual nº 2.737R/2011, de forma a manter o sistema atualizado;
- j) disponibilizar, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do convênio ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado;
- k) restituir os recursos recebidos, nos casos previstos neste instrumento e no Decreto nº 2.737-R/2011.

2.1.2.2. Os documentos de que trata a letra “e” deverão ser emitidos em nome do CONVENIENTE, citando o número do convênio, ficando à disposição dos órgãos de controle, coordenação e supervisão do Governo Estadual e, em especial, do CONCEDENTE, por um prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da aprovação da prestação de contas final.

2.2. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

2.2.1. Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes, seja o Município conveniente ou o terceiro contratado para a execução do objeto convênio, comprometem-se a envidar todos os esforços para



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, nos termos das cláusulas adiante estabelecidas.

2.2.1.1. Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, o CONVENIENTE deverá observar, ao longo de toda a vigência do Convênio, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

2.2.1.2. Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, o CONVENIENTE deverá:

2.2.1.2.1. Notificar imediatamente o CONCEDENTE;

2.2.1.2.2. Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

2.2.1.2.3. Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

2.2.2. Necessidade. As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

2.2.2.1. As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Convênio e da legislação aplicável, assegurando que todos



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

2.2.2.2. O CONVENENTE deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do CONCEDENTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

2.2.3. Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONVENENTE deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

2.2.3.1. A CONVENENTE deverá notificar a CONCEDENTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONCEDENTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

2.2.3.2. As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

2.2.4. Transferência internacional. É vedada a transferência de dados pessoais pela CONVENENTE para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONCEDENTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo ao CONVENENTE a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

2.2.5. Responsabilidade. O CONVENENTE responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados o CONCEDENTE ou a terceiros



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Convênio, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONCEDENTE em seu acompanhamento.

2.2.5.1. Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pelo CONCEDENTE, não exime o CONVENENTE das obrigações decorrentes deste Convênio, permanecendo integralmente responsável perante o CONCEDENTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

2.2.5.2. O CONVENENTE deve colocar à disposição da CONCEDENTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONCEDENTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

2.2.5.3. O CONVENENTE deve auxiliar o CONCEDENTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Convênio.

2.2.5.4. Se o CONCEDENTE constatar que dados pessoais foram utilizados pelo CONVENENTE para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Convênio, o CONVENENTE será notificado para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Convênio e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

2.2.6. Eliminação. Extinto o Convênio, independentemente do motivo, o CONVENENTE deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais o CONCEDENTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando o CONCEDENTE,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

por escrito, do cumprimento desta obrigação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 3.1. O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente convênio é de **R\$ 82.850,58 (oitenta e dois mil, oitocentos e cinquenta reais e cinquenta e oito reais)**.
- 3.2. CONCEDENTE transferirá ao CONVENIENTE, para execução do presente convênio, recursos no valor de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, em parcela única, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 14.422.0599.2287, UG/Gestão: 10.905, conforme discriminação: Fonte: 2.500 ED: 4.4.40.42.
- 3.3. O CONVENIENTE se obriga a aplicar na consecução dos fins pactuados por este convênio, a título de contrapartida, recursos próprios no importe de **R\$ 2.850,58 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais e cinquenta e oito centavos)**.
- 3.4. Em eventuais aditamentos, indicar-se-ão os créditos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.
- 3.5. Quando, verificada qualquer das hipóteses descritas na alínea d do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o valor global inicialmente pactuado demonstrar-se insuficiente para a execução do objeto, e desde que observadas as disposições específicas da Cláusula Nona para alterações do presente convênio, poderão ser:
- I - utilizados saldos de recursos ou rendimentos de aplicação financeira;
 - II - aportados novos recursos pelo concedente;
 - III - reduzidas as metas e as etapas, desde que isso não comprometa a fruição ou a funcionalidade do objeto pactuado.

4. CLÁUSULA QUARTA DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1. O CONCEDENTE transferirá os recursos previstos na cláusula terceira em favor do CONVENIENTE em conta bancária específica vinculada a este instrumento, aberta em instituição financeira oficial, preferencialmente do



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

Estado do Espírito Santo, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, somente sendo permitido a realização de pagamentos das despesas previstas no Plano de Trabalho mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

- 4.2. Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pelo banco, poderá ser realizado uma única vez no decorrer da vigência do instrumento o pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviço.
- 4.3. Antes da realização de cada pagamento, o conveniente incluirá no SIGA, no mínimo, as seguintes informações:
- I - a destinação do recurso;
 - II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso; III o contrato a que se refere o pagamento realizado;
 - III - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento; e
 - IV - a comprovação do recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante inclusão no Sistema das notas fiscais ou documentos contábeis.
- 4.4. Dados bancários para transferência e movimentação dos recursos. Banco 21; Agência 133 – AGÊNCIA DE NEGÓCIOS SÃO GABRIEL DA PALHA; conta 4046623-7.
- 4.5. Fica o conveniente obrigado a depositar na conta bancária específica vinculada a este instrumento, identificada no item anterior, o valor da contrapartida financeira, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, ficando os saques sujeitos às mesmas regras previstas no item 4.1.
- 4.6. Para recebimento de cada parcela dos recursos, o conveniente deverá:
- I - manter as mesmas condições para celebração de convênios exigidas no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011;
 - II - comprovar a aplicação da contrapartida pactuada que, se financeira, deverá ser depositada na conta bancária específica do instrumento;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

- III - Iltatender às exigências para contratação e pagamento previstas no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011;
 - IV - apresentar relatório de execução físico-financeira, comprovando a aplicação dos recursos recebidos, por meio do SIGA;
 - V - aprovação, pelo concedente , por meio do SIGA, do relatório de execução físico-financeira referente à comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada.
- 4.7. É obrigatória a aplicação dos recursos deste convênio, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de em instituição financeira oficial, preferencialmente do Estado do Espírito Santo, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.
- 4.8. Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do convênio ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.
- 4.9. Na realização de gastos para a execução do objeto do presente convênio deverá o CONVENENTE observar a proporcionalidade entre recursos transferidos e recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida.
- 4.10. As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pelo CONVENENTE.

5. CLÁUSULA QUINTA DA VIGÊNCIA

- 5.1. O presente convênio vigorá a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 19/12/2026, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
- 5.2. Sempre que necessário, mediante proposta do CONVENENTE devidamente justificada, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

presente convênio.

- 5.3. Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, o CONCEDENTE deverá, de ofício, promover a prorrogação do prazo de vigência do presente convênio, independentemente de proposta do CONVENIENTE, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
- 5.4. Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do convênio ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

6. CLÁUSULA SEXTA DA FISCALIZAÇÃO

- 6.1. O CONCEDENTE conservará a autoridade normativa e exercerá função gerencial fiscalizadora durante o período regulamentar da execução e prestação de contas deste convênio, ficando assegurado a seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar as ações e de acatar ou não justificativas com relação às eventuais disfunções havidas na sua execução, sem prejuízo da ação das unidades de controle interno e externo.
- 6.2. O CONVENIENTE franqueará livre acesso aos servidores do CONCEDENTE e aos servidores do sistema de controle interno do CONCEDENTE, bem como do Tribunal de Contas do Estado TCEES, aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por este instrumento e pelo Decreto Estadual nº 2.737-R/2011, assim como aos locais de execução do objeto.
- 6.3. A execução física do objeto será acompanhada pelo CONCEDENTE, se necessário com visitas ao local da execução, por intermédio de Servidor especialmente designado e registrado no SIGA, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

7. CLÁUSULA SÉTIMA DAS PROIBIÇÕES

7.1. Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos pelo CONCEDENTE, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante do CONVENIENTE, para:

- I - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas;
- III - alterar o objeto do convênio, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado;
- IV - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;
- V - realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
- VI - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto, no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo concedente, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
- VII - transferir recursos para clubes, associações de servidores, entidades religiosas ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches, escolas para o atendimento pré-escolar e instituições de saúde;
- VIII - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

7.2. Não será permitida, em nenhuma hipótese, a aplicação financeira de recursos recebidos por descentralização de crédito.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

7.3. É vedada a celebração de outros convênios com o mesmo objeto deste convênio, exceto ações complementares.

8. CLÁUSULA OITAVA DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

8.1. A prestação de contas final deverá ser apresentada pelo CONVENIENTE no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados:

- I - do encerramento da vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro;
- II - da denúncia; ou
- III - da rescisão.

8.2. A prestação de contas final instruída com os seguintes documentos:

- a) relatório de cumprimento do objeto;
- b) relatório da execução físico-financeira consolidado;
- c) demonstrativo da execução da receita e despesa, evidenciando os recursos recebidos do concedente, a contrapartida aplicada pelo conveniente, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, e o saldo do convênio;
- d) relação de pagamentos efetuados;
- e) relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, e serviços prestados, quando for o caso, com recursos do presente convênio;
- f) extrato da conta bancária específica do período do recebimento da 1ª parcela até o último pagamento e conciliação bancária;
- g) comprovante de recolhimento do saldo dos recursos financeiros não aplicados, inclusive os provenientes da aplicação financeira realizada, não utilizados no objeto pactuado, à conta indicada pelo CONCEDENTE;
- h) termo de compromisso por meio do qual o conveniente será obrigado a manter os documentos relacionados ao convênio, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto Estadual nº 2.737-R/2011;

8.3. O concedente deverá registrar no SIGA o recebimento da prestação de contas.

8.4. Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

no convênio, o concedente estabelecerá o prazo máximo de trinta dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

- 8.4.1. Se, ao término do prazo estabelecido, o conveniente não apresentar a prestação de contas nem devolver os recursos nos termos do Item anterior, o concedente registrará a inadimplência no SIGA por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato a Autoridade Competente para fins de instauração de tomada de contas sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.
- 8.5. As prestações de contas serão analisadas pelo CONCEDENTE, ou pelo órgão ou entidade sucessora, que decidirá sobre a regularidade na aplicação dos recursos, de acordo com as regras e critérios previstos no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011.
- 8.6. A autoridade competente do concedente terá o prazo de noventa dias, contado da data do recebimento, para analisar a prestação de contas do instrumento, com fundamento nos pareceres técnico e financeiro expedidos pelas áreas competentes.
- 8.7. O ato de aprovação da prestação de contas deverá ser registrado no SIGA, cabendo ao concedente apresentar declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.
- 8.8. Caso a prestação de contas não seja aprovada, inclusive pela não comprovação da aplicação da contrapartida ou dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato no SIGA e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas, com posterior encaminhamento do processo ao grupo financeiro setorial ou unidade setorial equivalente a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência."



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

9. CLÁUSULA NONA DAS ALTERAÇÕES

- 9.1. O presente convênio poderá ser alterado mediante proposta a ser apresentada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data pretendida para sua implementação, alteração esta que deverá ser devidamente justificada e formalizada por meio de Termo Aditivo.
- 9.2. Não é permitida a alteração da natureza do objeto do convênio.
- 9.3. As alterações ao presente convênio, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
- 9.4. É obrigatório o aditamento do instrumento convenial quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do convênio.
- 9.5. No caso de alterações que gerem obrigações a serem implementadas exclusivamente por um dos partícipes do convênio, estas deverão ser formalizadas mediante termo de apostilamento, quando se fizer necessário:
- I - alterar a classificação orçamentária da despesa referente ao valor do convênio;
 - II - substituir a conta corrente específica para movimentação dos recursos do convênio.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO BLOQUEIO E DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

- 10.1. A inadimplência por parte do CONVENIENTE ou o descumprimento das cláusulas do presente convenio autoriza o CONCEDENTE a bloquear recursos e a denunciar o convênio, bem como instaurar a competente Tomada de Contas.
- 10.2. O CONCEDENTE comunicará ao CONVENIENTE (e ao interveniente, caso haja), quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, e suspenderá a liberação dos



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

recursos, fixando prazo de até trinta dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser tal prazo prorrogado por igual período.

10.2.1. Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o CONCEDENTE disporá do prazo de dez dias para apreciá-los e decidir quanto a sua aceitação, sendo que a apreciação fora do prazo previsto não implica aceitação das justificativas apresentadas.

10.2.2. Caso não haja a regularização no prazo previsto no caput, o CONCEDENTE realizará a apuração do dano e comunicará o fato ao CONVENIENTE para que seja ressarcido do respectivo valor, sob pena de instauração de tomada de contas.

10.3. O CONVENIENTE se compromete a restituir os valores que lhe forem transferidos pelo CONCEDENTE, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicada aos débitos para com a Fazenda Pública Estadual, quando:

- a) não for executado o objeto da avença;
- b) não forem apresentadas, nos prazo exigido, as prestações de contas; e
- c) os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio.

10.4. O CONVENIENTE se compromete ainda a recolher à conta do CONCEDENTE o valor da contrapartida corrigida monetariamente, quando não comprovar a sua aplicação na consecução do objeto do convênio, considerando-se para tanto o percentual que representa a contrapartida no pacto firmado.

10.5. O CONVENIENTE se compromete também a recolher à conta do CONCEDENTE, o valor correspondente aos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto ainda que não tenha feito a aplicação.

10.6. O CONVENIENTE fica obrigado a restituir eventual saldo de recursos, inclusive os provenientes de receitas obtidas em aplicações financeiras, no prazo estabelecido para apresentação da prestação de contas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

- 10.7. Fica ainda o CONVENIENTE obrigado a restituir ao CONCEDENTE eventual saldo de recursos caso o objeto venha a ser executado com menor quantidade total de recursos que a inicialmente prevista, atendida a proporcionalidade entre recursos estaduais e contrapartida fixado no ajuste.
- 10.8. O registro, no SIGA, da evolução da execução do objeto conforme o plano de trabalho é condição indispensável para sua eficácia e para a liberação das parcelas subseqüentes do instrumento, conforme previsto no art. 3º do Decreto Estadual nº 2.737-R/2011.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA PUBLICAÇÃO

- 11.1. O CONCEDENTE encaminhará o extrato deste convênio para publicação no Diário Oficial do Estado.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DAS AÇÕES DE PUBLICIDADE

- 12.1. Eventual publicidade de obras, aquisições, serviços ou de quaisquer outros atos executados em função deste convênio ou que com ele tenham relação, deverá ter caráter meramente informativo, nela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA EXTINÇÃO

- 13.1. O presente convênio extinguir-se-á pela conclusão de seu objeto ou pelo decurso de seu prazo de vigência, podendo ainda ser extinto por mútuo consenso.
- 13.2. Qualquer dos partícipes poderá denunciar o presente convênio, a qualquer tempo, ficando, os partícipes, responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
- 13.3. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes recebidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de trinta dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

13.4. Constituem motivo para rescisão do convênio:

- I - o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas.
- II - constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;
- III - verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas;
- IV - não aprovação do projeto executivo ou apresentação fora do prazo estabelecido, quando for o caso;

13.5. Nas hipóteses de denúncia ou de rescisão do convênio, o conveniente deverá:

13.5.1. devolver os saldos remanescentes no prazo de trinta dias, inclusive aqueles provenientes de rendimentos de aplicações no mercado financeiro; e

13.5.2. apresentar a prestação de contas no prazo de sessenta dias.

13.6. O prazo para cumprimento do disposto no item 13.5 será contado a partir da data de publicação do ato de denúncia ou de rescisão.

13.7. O não cumprimento do disposto no item 13.5 ensejará a instauração da tomada de contas especial.

13.8. A rescisão do convênio, quando resulte dano ao erário, sempre ensejará a instauração de tomada de contas.

13.9. O presente convênio será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA CONTINUIDADE

14.1. Na hipótese de paralisação ou ocorrência de outro fato relevante, fica facultado ao CONCEDENTE assumir ou transferir a execução do objeto deste convênio, de modo a evitar a descontinuidade da execução das ações



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

pactuadas.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DOS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS E CONSTRUÍDOS

15.1. Os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste convênio serão de propriedade do CONVENENTE, respeitado o disposto na legislação pertinente.

15.2. A utilização dos bens adquiridos e construídos com os recursos estaduais oriundos deste Convênio estará afetada aos seus objetivos mesmo após o fim do seu prazo de vigência, aceitando o Convenente a condição de ressarcir integralmente o Concedente na hipótese de desvio de finalidade ou de perecimento culposo, sob pena de inscrição no CADIN/ES e execução judicial.

15.2.1. O ressarcimento se dará em pecúnia, considerando os recursos aportados pelo Concedente para a execução do Convênio, devidamente atualizado. O Convenente não responderá pelo perecimento desses bens na ausência de culpa, em especial em razão de sua deterioração natural ou por força maior.

15.2.2. No caso de perda da utilidade dos bens, como por desgaste natural, superação tecnológica ou dificuldade de restauração, caberá ao Convenente decidir formalmente por sua destinação, arquivando a justificativa, devendo eventual recurso obtido com seu desfazimento ser revertido às finalidades sociais do Convenente.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Havendo celebração de contratos entre o CONVENENTE e terceiros, visando à execução de serviços vinculados ao objeto deste convênio, tal contratação não acarretará responsabilidade solidária ou subsidiária do CONCEDENTE pelas obrigações trabalhistas ou fiscais, assim como não existirá vínculo funcional ou empregatício entre os terceiros e o CONCEDENTE.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

- 16.2. Obrigatoriamente, haverá redução do quantitativo até a etapa que apresente funcionalidade, no caso de cancelamento de restos a pagar.
- 16.3. Caso os recursos transferidos pelo CONCEDENTE por este convênio sejam objeto de nova descentralização ou transferência necessária à execução do plano de trabalho, tais transferências se subordinarão às mesmas condições e exigências deste convênio e da Decreto Estadual nº 2.737-R/2011.
- 16.4. As disposições deste convênio serão interpretadas e aplicadas conjuntamente com o que disposto no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011 e nas demais legislações de regência.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DO FORO

- 17.1. Fica eleito o foro de Vitória Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir dúvidas decorrentes do presente convênio.
- 17.2. Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

E, por estarem de acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Vitória, 18 de dezembro de 2025.

(Assinado eletronicamente)

MARIA EMANUELA ALVES PEDROSO
SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO
CONCEDENTE



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

(Assinado eletronicamente)

CARLOS AUGUSTO LOPES

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO

CONCEDENTE

(Assinado eletronicamente)

TIAGO ROCHA

MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA

CONVENENTE



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

ANEXO ÚNICO — DO PLANO DE TRABALHO

Data: 10/12/2025

Página 1 de 5



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO RECURSOS HUMANOS

Plano de Trabalho - Proposta de Convênio

Usuário: LUCIANA MENEZES

Informações do Plano de Trabalho

Número da Proposta	SEG-0001/2025
Programa	APOIO A IMPLEMENTAÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS
Órgão	SEG
Proponente	MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA
Objeto do Programa	Implementação de conselhos municipais sobre drogas O fortalecimento das políticas públicas de prevenção, atenção e reinserção social de pessoas em situação de vulnerabilidade devido ao uso de álcool e outras drogas é prioridade estratégica no município. Nesse contexto, o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) exercem papel fundamental na articulação e execução de ações que assegurem cuidado integral, humanizado e intersetorial. Para ampliar a capacidade de atendimento e a efetividade dessas políticas, é essencial garantir condições adequadas de trabalho às equipes técnicas por meio da aquisição de equipamentos que viabilizem o funcionamento administrativo, a realização de reuniões, capacitações, campanhas educativas e o atendimento direto à população. O recurso pleiteado, no valor de R\$ 80.000,00, será investido no fortalecimento da estrutura do Conselho e do CAPS, conforme plano a seguir:
Justificativa	1. Equipamentos de informática e tecnologia (R\$ 30.000,00): computadores, notebooks, tablets e projetor multimídia. 2. Mobiliário (R\$ 20.000,00): mesas com gavetas, cadeiras ergonômicas, estantes e armários com chave. 3. Materiais pedagógicos e audiovisuais (R\$ 15.000,00): quadro branco, caixa de som e microfone. 4. Adequação dos espaços (R\$ 10.000,00): ar-condicionado, ventiladores e bebedouro. Este investimento representa uma ação estratégica para consolidar a rede de atenção psicossocial e fortalecer a governança local no enfrentamento às drogas, promovendo maior eficiência, qualidade e alcance das ações voltadas ao bem-estar da comunidade.
Resumo do Objeto do	Aquisição de equipamentos, mobiliário e materiais diversos para estruturação do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e do CAPS no Município de São Gabriel da Palha/ES
Objeto do Convênio	Aquisição de equipamentos, mobiliário e materiais diversos para estruturação do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e do CAPS no Município de São Gabriel da Palha/ES

2025-GC1Z71 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 10/12/2025 14:51 PÁGINA 1 / 6



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

Data: 10/12/2025

Página 2 de 5

Informações de Data

Data Criação 23/09/2025
Data Início da Vigência 20/12/2025
Data Fim da Vigência 19/12/2026

Informação Bancária

Banco do Convênio BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Agência do Convênio 133
Conta do Convênio 40.466.237

Informações de Valores

Valor Global R\$ 82.850,58
Percentual Mínimo 0
Valor da Contrapartida R\$ 2.850,58
Valor da Contrapartida Financeira R\$ 2.850,58
Valor da Contrapartida Bens e Serviços
Valor de Repasse do R\$ 80.000,00

Informações de Valores Futuros

Ano de Repasse do Exercício
Valor de Repasse do Exercício Futuro

Informações de Participantes

Tipo Participante	Identificação	Natureza Jurídica	Nome
Executor	CNPJ - 27.174.143/0001-76	Administração Pública Municipal	Prefeitura Municipal de São gabriel da Palha

Informações do Cronograma Físico

Meta	Aquisição de equipamentos, mobiliário e materiais diversos para estruturação do Conselho Municipal de		
Valor:	Políticas sobre Drogas e do CAPS no Município de São Gabriel da Palha/ES		
	R\$ 82.850,58	Período:	20/12/2025 a 19/12/2026

Etapa

Etapa	ARMÁRIO EM AÇO		
Valor	R\$ 7.181,55	Período:	20/12/2025 a 19/12/2026

Fase

Especificação da Fase	Valor	Data Início	Data Término
ARMÁRIO EM AÇO	R\$ 7.181,55	20/12/2025	19/12/2026

Etapa	AR CONDICIONADO 12.000 BTUs		
Valor	R\$ 17.192,00	Período:	20/12/2025 a 19/12/2026

Fase

Especificação da Fase	Valor	Data Início	Data Término
AR CONDICIONADO 12.000 BTUs	R\$ 17.192,00	20/12/2025	19/12/2026

Etapa	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA		
Valor	R\$ 1.625,40	Período:	20/12/2025 a 19/12/2026

Fase

Especificação da Fase	Valor	Data Início	Data Término
CAIXA DE SOM AMPLIFICADA	R\$ 1.625,40	20/12/2025	19/12/2026



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

Data: 10/12/2025

Página 3 de 5

Informações do Cronograma Físico

Meta	Aquisição de equipamentos, mobiliário e materiais diversos para estruturação do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e do CAPS no Município de São Gabriel da Palha/ES		
Valor:	R\$ 82.850,58	Período:	20/12/2025 a 19/12/2026

Etapas

Etapas	ESTANTE MULTIUSO		
Valor	R\$ 2.798,00	Período:	20/12/2025 a 19/12/2026

Fase

Especificação da Fase	Valor	Data Início	Data Término
ESTANTE MULTIUSO	R\$ 2.798,00	20/12/2025	19/12/2026

Etapas	CADEIRA DE ESCRITÓRIO		
Valor	R\$ 4.900,00	Período:	20/12/2025 a 19/12/2026

Fase

Especificação da Fase	Valor	Data Início	Data Término
CADEIRA DE ESCRITÓRIO	R\$ 4.900,00	20/12/2025	19/12/2026

Etapas	MESA RETANGULAR		
Valor	R\$ 7.146,58	Período:	20/12/2025 a 19/12/2026

Fase

Especificação da Fase	Valor	Data Início	Data Término
MESA RETANGULAR	R\$ 7.146,58	20/12/2025	19/12/2026

Etapas	COMPUTADOR DE MESA		
Valor	R\$ 19.490,00	Período:	20/12/2025 a 19/12/2026

Fase

Especificação da Fase	Valor	Data Início	Data Término
COMPUTADOR DE MESA	R\$ 19.490,00	20/12/2025	19/12/2026

Etapas	MICROFONE SEM FIO		
Valor	R\$ 1.197,00	Período:	20/12/2025 a 19/12/2026

Fase

Especificação da Fase	Valor	Data Início	Data Término
MICROFONE SEM FIO	R\$ 1.197,00	20/12/2025	19/12/2026

Etapas	BEBEDOURO		
Valor	R\$ 4.500,00	Período:	20/12/2025 a 19/12/2026

Fase

Especificação da Fase	Valor	Data Início	Data Término
BEBEDOURO	R\$ 4.500,00	20/12/2025	19/12/2026

Etapas	LONGARINA 3 LUGARES		
Valor	R\$ 16.819,25	Período:	20/12/2025 a 19/12/2026

Fase

Especificação da Fase	Valor	Data Início	Data Término
LONGARINA 3 LUGARES	R\$ 16.819,25	20/12/2025	19/12/2026

Informações da Associação de Cronograma Desembolso

Responsável	Mês-Ano	Número Associação	Meta	Valor Associação
Concedente	Dezembro-2025	141496	Aquisição de equipamentos, mobiliário e materiais diversos para estruturação do Conselho Municipal de Políticas sobre	R\$ 80.000,00

Av. Governador Bley - Ed. Fábio Ruschi, 236
CEP: 29010-150



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

Data: 10/12/2025

Página 4 de 5

Informações da Associação de Cronograma Desembolso

Responsável	Mês-Ano	Número Associação	Meta	Valor Associação
Concedente	Dezembro-2025	141496	Drogas e do CAPS no Município de São Gabriel da Palha/ES	R\$ 80.000,00
Conveniente	Dezembro-2025	141478	Aquisição de equipamentos, mobiliário e materiais diversos para estruturação do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e do CAPS no Município de São Gabriel da Palha/ES	R\$ 2.850,58

Bens e Serviços

Tipo	Descrição	Natureza	Código/Natureza de	Unid.	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
Bens	ARMARIO EM AÇO	Contrapartida Bens e Serviços	344225200 - EQUIPAMENTO E MATERIAL	UN	5,95	R\$ 478,77	R\$ 2.848,68
Bens	ARMARIO DE AÇO	Recursos do Convênio	444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UN	9,05	R\$ 478,77	R\$ 4.332,86
Bens	ESTANTE MULTIUSO	Recursos do Convênio	444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UN	10,00	R\$ 279,80	R\$ 2.798,00
Bens	CADEIRA DE ESCRITÓRIO	Recursos do Convênio	444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UN	20,00	R\$ 245,00	R\$ 4.900,00
Bens	COMPUTADOR DE MESA	Recursos do Convênio	444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UN	10,00	R\$ 1.949,00	R\$ 19.490,00
Bens	AR CONDICIONADO 12.000 BTUS	Recursos do Convênio	444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UN	8,00	R\$ 2.149,00	R\$ 17.192,00
Bens	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA	Recursos do Convênio	444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UN	1,00	R\$ 1.625,40	R\$ 1.625,40
Bens	MESA RETANGULAR	Recursos do Convênio	444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UN	14,00	R\$ 510,47	R\$ 7.146,58
Bens	MICROFONE SEM FIO	Recursos do Convênio	444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UN	2,00	R\$ 598,90	R\$ 1.197,80
Bens	BEBEDOURO	Recursos do Convênio	444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UN	2,00	R\$ 2.250,00	R\$ 4.500,00
Bens	LONGARINA 3 LUGARES	Recursos do Convênio	444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UN	25,00	R\$ 672,77	R\$ 16.819,25

Plano de Aplicação

Código - Descrição da Natureza de Despesa	Recursos do Convênio	Contrapartida de Bens	Total
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 17.192,00	R\$ 0,00	R\$ 17.192,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 4.332,86	R\$ 0,00	R\$ 4.332,86
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 4.500,00	R\$ 0,00	R\$ 4.500,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 4.900,00	R\$ 0,00	R\$ 4.900,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 1.625,40	R\$ 0,00	R\$ 1.625,40

Av. Governador Bley - Ed. Fábio Ruschi, 236
CEP:29010-150



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

Data: 10/12/2025

Página 5 de 5

Plano de Aplicação

Código - Descrição da Natureza de Despesa	Recursos do Convênio	Contrapartida de Bens	Total
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 19.490,00	R\$ 0,00	R\$ 19.490,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 2.798,00	R\$ 0,00	R\$ 2.798,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 16.819,25	R\$ 0,00	R\$ 16.819,25
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 7.146,58	R\$ 0,00	R\$ 7.146,58
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 1.197,80	R\$ 0,00	R\$ 1.197,80
344225200 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R\$ 0,00	R\$ 2.848,68	R\$ 2.848,68
Total			R\$ 82.850,57

Declaração do Proponente

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao., para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem quaisquer débitos em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidades da Administração Pública Estadual, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Estado do Espírito Santo, na forma deste Plano de Trabalho.

Pede deferimento,

Local e Data

Proponente (Carimbo/Assinatura)

Aprovação do Concedente

Local e Data

Concedente (Carimbo/Assinatura)



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado do Governo
Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

CARLOS AUGUSTO LOPES
SUBSECRETARIO ESTADO
SED - SEG - GOVES
assinado em 10/12/2025 14:51:11 -03:00

MARIA EMANUELA ALVES PEDROSO
SECRETARIO DE ESTADO
SEG - SEG - GOVES
assinado em 10/12/2025 11:15:20 -03:00

TIAGO ROCHA
CIDADÃO
assinado em 10/12/2025 12:50:44 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 10/12/2025 14:51:11 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por LUCIANA MENEZES (MEMBRO (COMISSÃO LOCAL DA REDE DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - REDE
QUALIVIDA) - SEG - SEG - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-GC1Z71>

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

MARIA EMANUELA ALVES PEDROSO
SECRETARIO DE ESTADO
SEG - SEG - GOVES
assinado em 18/12/2025 14:38:38 -03:00

CARLOS AUGUSTO LOPES
SUBSECRETARIO ESTADO
SESD - SEG - GOVES
assinado em 18/12/2025 14:58:41 -03:00

TIAGO ROCHA
CIDADÃO
assinado em 18/12/2025 15:27:43 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 18/12/2025 15:27:44 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por PEDRO DALVI MERIGUETE (ANALISTA DO EXECUTIVO - GTA - SEG - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-7RJWDV>